

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/3447/25

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.003/26

PREÂMBULO

O Município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da **Secretaria Municipal de Governança**, através da Equipe de Apoio, representado pelo Agente Ramon Rios, designado pela Portaria nº 039, de 28 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município (D.O.M.), edição do dia 28 de janeiro de 2025, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao **Ofício nº 054/SETRANS/SEMGOV/2025**, da secretaria supracitada, e com a respectiva autorização do Exmº. Sr. Prefeito, Alex Maroto de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e os **Decretos Municipais nº 3.639/24 (S.R.P., seção IV, Art. 92, do D.OM) e nº 3.582/24 (E.T.P)**, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 (seis) de maio de 2026 às 10 (dez) horas**SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:** comprasnet.gov.br**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** comprasgov.br**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM****MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO: [Jones Elias Souza dos Passos](#)**E-MAIL:** cpl@mesquita.rj.gov.br**ENDEREÇO:** [Rua Arthur Oliveira Vecchi, nº 120 - Centro, Mesquita - RJ, 26.553-080](#)

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no **AVISO DE ABERTURA** do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.


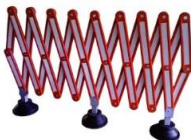


OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro (1º) dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços visando **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA**, à serem utilizados nas operações de Fiscalização e de Educação no trânsito em toda cidade, conforme a demanda apresentada.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO:

1.2.1. Os materiais, suas especificações e as suas respectivas quantidades, de que trata o presente objeto, estão discriminados abaixo, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital:

Item			QTD.
01		CILINDRO CANALIZADOR - ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma "SETRANS". A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100
02		BARREIRAS PANTOGRÁFICAS REFLETIVAS - de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados "SETRANS", no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20
03		FITA ZEBRADA - confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000
04		CONE - Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebreada, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma "DMTRANS". A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total para execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 99.979,40 (Noventa e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)**, na forma indicada na Planilha Estimativa (Anexo II), bem como constante no **subitem 12.2, do Termo de Referência** (Anexo I).

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do município de Mesquita, para o presente exercício 2026, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 20.53.26.125.2080.2.512

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Fonte: 1500 (Recursos Próprios)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrada no sistema de **Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e no **Sistema de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras), adotando as seguintes providências:

3.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), através do link www.gov.br/compras;

3.1.2. O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer modalidade de licitação sob a forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Município de Mesquita, devidamente justificada;

3.1.3. Para fins de credenciamento e operacionalização o sistema compras.gov.br todos os navegadores são compatíveis com a contagov.br. Contudo, recomenda-se a utilização do **Google Chrome, Mozilla Firefox ou Safari**, responsabilizando-se por eventual ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância desta disposição;

3.1.4. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato através dos canais de atendimento <https://gov.br/centraldeatendimento> ou pelo telefone 0800-978-9002.

3.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

3.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

3.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no www.compras.gov.br, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

3.2.3.1. Caso haja usuário “ativo” no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

3.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Mesquita, nos termos do Art. 156, III e §4º, da Lei nº 14.133/21, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do Art. 156, IV e §5º, da Lei nº 14.133/21, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do Art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.4. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.5. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no Art. 14, da Lei nº 14.133/21;

3.3.6. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.7. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º, do Art. 9º, da Lei Federal n.º 14.133/21;

3.3.8. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.9. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.3.10. *Sociedades cooperativas;*

3.3.11. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no **período das 09hs às 12 hs e das 13hs às 17 hs**.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Pregoeiro** informar, através do sistema, a data e horário para retomada do PREGÃO.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da PROPOSTA e dos DOCUMENTOS de HABILITAÇÃO digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no [subitem 4.2 deste Edital](#) poderão ser alterados, cabendo ao **Pregoeiro** informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do PREGÃO, através do sistema compras.gov.br.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** ou **IMPUGNAR** este Edital, face do disposto no Art. 164, da Lei nº 14.133/21, **devendo protocolizar o pedido, por meio eletrônico, via e-mail cpl@mesquita.rj.gov.br, ou protocolizando no setor de PROTOCOLO GERAL da Prefeitura, das 9 às 15h, em até 03 (três) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. A(s) resposta(s) ao(s) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO ou às IMPUGNAÇÕES vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no sistema pelo Pregoeiro no **prazo de até 03 (três) dias úteis** (parágrafo único, do Art. 164), limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A IMPUGNAÇÃO não possui efeito **SUSPENSIVO**, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

5.4. Acolhida a IMPUGNAÇÃO, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas IMPUGNAÇÕES apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta não identificada, com o preço expresso em moeda nacional (conforme critério de julgamento) até a data e horário marcados no PREÂMBULO do Edital, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas iniciais.

6.2. A licitante deverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS dos itens nos quais pretende concorrer, os quais serão totalizados automaticamente pelo sistema, resultando no preço final.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

6.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

6.4. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, Sociedade Cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do Art. 34, da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

6.4.1. Ao declarar o enquadramento previsto no **item 6.4**, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no Art. 4º, §§2º e 3º da Lei Federal nº 14.133/21, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, na Lei Complementar nº 123, de 2006 e neste Edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às **microempresas (ME)**, às **empresas de pequeno porte (EPP)** e às entidades equiparadas.

6.4.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei Federal nº 14.133/21.

6.5. Nos itens/lotos com participação exclusiva ou reservada às licitantes enquadradas ou equiparadas a **Microempresas (ME)**, **Empresas de Pequeno Porte (EPP)** ou **Microempreendedores Individuais (MEI)**, a declaração prevista no **item 6.4** é requisito para o exercício do benefício ao referido item/lote e sua ausência impede o prosseguimento da participação da licitante naquele item/lote.

6.6. Nos itens/lotos de ampla concorrência, a ausência da declaração prevista no **item 6.4** não impedirá a participação das licitantes enquadradas ou equiparadas a **Microempresa (ME)**, **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, **Microempreendedor Individual (MEI)** no processo licitatório, porém indicará que abdicou do direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06.

6.7. A falsidade das declarações previstas nos itens **6.3** e **6.4** sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital.

6.8. As **PROPOSTAS** terão validade de, no mínimo **90 (noventa) dias**, face do disposto na **cláusula 13, do T.R. (Anexo I)**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante.

6.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, consoante §3º, do Art. 90, da Lei nº 14.133/21.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo I) assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. As **PROPOSTAS** ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

7. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

7.4. A **abertura da sessão pública** ocorrerá na **data e horário** indicados no **PREÂMBULO** deste Edital, com divulgação das PROPOSTAS DE PREÇOS recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

7.5. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5.1. O **Pregoeiro** poderá SUSPENDER a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

7.6. Será DECLASSIFICADA a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Somente as licitantes com PROPOSTAS CLASSIFICADAS participarão da FASE de LANCES.

8. DA FASE DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4. A licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver **desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

8.8. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

8.9. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do **PREGÃO** será **SUSPensa** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço: www.compras.gov.br.

8.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **Aberto e Fechado**.

8.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o **Pregoeiro** encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 15 (quinze) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item **8.12**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar **PREÇO MENOR** ou **MAIOR DESCONTO**.

8.15. Não havendo pelo menos 03 (três) licitantes nas condições de que trata o item **8.13**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o **critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM**, face do disposto na cláusula 10, do T.R. (Anexo I) deste Edital.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate entre PROPOSTAS ou LANCES, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no Art. 60, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.1.1. Na utilização do critério de disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

9.1.2. Persistindo o empate, o **Pregoeiro** questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no Art. 60, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito.

9.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestar-se na forma prevista no **subitem 9.1.2** ou se não for devidamente comprovado o seu direito, o **Pregoeiro** realizará sorteio para definir a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

9.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas / lances nos termos do **item 9.1**, o sistema procederá à verificação automática da existência de EMPATE FICTO, considerando o porte das entidades empresariais participantes.

9.2.1. Se a licitante classificada em primeiro (1º) lugar for empresa de MAIOR PORTE e houver lance de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) que seja **igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta** mais bem classificada, considera-se a ocorrência de EMPATE FICTO, devendo ser adotadas as seguintes providências:

a) A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificado poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro (1º) colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar.

b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos Arts. 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006.

c) Caso a **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI)** ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como **microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI)** ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, consoante Art. 44, §§1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) Havendo mais de uma **microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI)** ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.

9.2.2. Na hipótese de **não contratação** nos termos previstos no **subitem 9.2.1**, a licitação prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Pregoeiro** deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do **sistema eletrônico**, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.2.1. O resultado da negociação será registrado na Ata da Sessão Pública e divulgado a todos os licitantes.

10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar, não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será **DESCCLASSIFICADA** da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

10.4. Os preços finais (unitários e totais), propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4.1. No critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

10.5. No caso previsto no item **10.3**, o **Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na **ordem de classificação**, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

10.6. O sistema eletrônico informará a PROPOSTA de MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Pregoeiro**.

11. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

11.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o **Pregoeiro** verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no **item 3.3** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do Art.12, da Lei nº 8.429, de 1992.

11.1.2. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no **item 3.3** deste Edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o **Pregoeiro** repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

11.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar, será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (**Anexo I, do TR, do Edital**), bem como os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

11.3. Os documentos deverão ser incluídos no sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do **Pregoeiro**.

11.4. O prazo de que trata o **item 11.3** poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**.

11.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à CLASSIFICAÇÃO / HABILITAÇÃO previamente digitalizados.

11.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

11.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

11.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo **Pregoeiro** dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo **Pregoeiro** no sistema.

11.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no [item 11.3](#), será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao **Pregoeiro** informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

12. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

12.1. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do Edital.

12.1.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Mesquita ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

12.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

12.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

12.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.2.3. O **Pregoeiro** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

12.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

12.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

12.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

12.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.4. Serão DESCCLASSIFICADAS (Art. 59, da Lei nº 14.133/21) as propostas que:

- a) Não obedecem às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) Permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a **negociação** de que trata a **cláusula 10** deste Edital;
- c) Conttenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) Apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) Conttenham falhas, apontadas pelo **Pregoeiro**, não corrigidas, nem justificadas, mesmo após a oportunidade de **saneamento** de que trata a **cláusula 23** deste Edital;
- f) Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para contratação. (VER Art. 59, §4º, 75% DA LEI nº 14.133/21)

12.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o **Pregoeiro** deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

12.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

12.6. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.7. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro (1º) lugar não for aceita, o **Pregoeiro** retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS de HABILITAÇÃO, no mesmo prazo e condições do **item 11.3**, e realizarem a **negociação** de que trata a **cláusula 10**, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

12.8. Classificada a proposta, o **Pregoeiro** dará início à FASE DE HABILITAÇÃO da licitante classificada em primeiro (1º) lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar, deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazos previstos neste Edital, c/c os Arts. 62 a 69, da Lei nº 14.133/21:

13.2. Habilitação Jurídica:

13.2.1. Pessoa física: cópia da **cédula de identidade (RG) autenticado** dos sócios ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.2.2. Empresário individual ou de sociedade empresária: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.4. Sociedade empresária, **Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**: inscrição do **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.5.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.2.6. Sociedade simples: **Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas** do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do Ato Constitutivo da filial, sucursal ou agência da Sociedade Simples ou Empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

13.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**, conforme o caso;

13.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes [Estadual e/ou Municipal] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.3. O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de Inscrição nos Cadastros de Contribuintes Estadual e Municipal.

13.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da licitante, através da **Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND)**, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), **abrangendo as Contribuições Previdenciárias (INSS)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais **e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**;

13.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de **Certidão de Regularidade Fiscal – CRF (Negativa ou Positiva com efeito de Negativa)**, emitida pela Secretaria da Fazenda e da **Certidão da Dívida Ativa Estadual (PGE)**, se houver, do domicílio ou sede da licitante.

13.3.5.1. Caso a licitante tenha filial em outro Estado, deverá apresentar também a CRF do Estado filial;

13.3.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)**, para todos os licitantes sediados no Município de Mesquita e para os licitantes que NÃO possuem qualquer inscrição neste município, sendo expedida pelo município de sua sede;

13.3.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

13.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa**, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

13.3.9. As **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e o Microempreendedor Individual (MEI)** deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que apresente alguma restrição**, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos Arts. 42 e 43, da LC nº 123, de 2006 (alterada pela LC. nº 155, de 27/10/16) e Art. 4º, do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

13.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da **Microempresa (ME), da Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou do Microempreendedor Individual (MEI)**, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, face do disposto no §1º, do Art. 43, da L.C. nº 123/06 (alterada pela L.C. nº 155, de 27/10/16).

13.3.11. A **não regularização da documentação**, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do Art. 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

13.4. Da Qualificação Técnica:

13.4.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, compatível em características técnicas similares ao fornecimento, face do disposto na **cláusula 11, subitem IV, alínea “a”, do Termo de Referência (Anexo I)**, deste Edital.

13.4.1.1. Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica sem exigência de quantitativos mínimos;

13.4.2. O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos / serviços. i. Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento / serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

13.4.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

13.4.4. Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenha alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível ou por demais fatores.

13.4.5. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de Comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestar recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

13.4.6. Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

13.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, face do disposto no Art. 69, I, da Lei nº 14.133/21, exigíveis e apresentados na forma da Lei (**incluindo o Termo de Abertura e de Encerramento**), salvo quando a licitante tiver sido constituída **há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro** (Art. 69, §6º, da NLLC), c/c o disposto na **cláusula 11, subitem III, alínea “h”, do T. R. (Anexo I)**

13.5.2. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar **devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado** junto ao **Conselho Regional de Contabilidade – CRC**, e vir acompanhados dos Termos de Abertura e de Encerramento (**cláusula 11, subitem III, alínea “i”, do T. R. (Anexo I)**).

13.5.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme Art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste PREGÃO, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

13.5.5. O atendimento dos ÍNDICES ECONÔMICOS previstos neste item **deverá ser atestado** mediante **declaração assinada por profissional habilitado** da **área contábil da licitante**, face do disposto no §1º, do Art. 69, da Lei nº 14.133/21.

13.5.6. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

13.5.7. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

13.5.8. Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de **pessoa física (se admitida a sua participação na licitação)** ou de sociedade simples (cláusula 11, subitem III, alínea “a”, do T. R. (Anexo I);

13.5.9. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo **distribuidor ou distribuidores** (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante, face do disposto no Art. 69, II, da Lei nº 14.133/21;

13.5.9.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo **PJE (processos judiciais eletrônicos)** da sede ou domicílio da licitante;

13.5.9.2. A certidão descrita no subitem **13.5.9.1** somente é exigível quando a Certidão Negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

13.5.9.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será **INABILITADA**, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

13.5.10. Comprovação de Capital Social e/ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **5% (cinco por cento) do valor estimado** da licitação, **ou seja, R\$ R\$ 4.998,97 (Quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos)**, conforme §4º, do Art. 69, da Lei nº 14.133/21, para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro (1º) lugar em mais de um item (**cláusula 11, subitem III, alínea “f”, do T. R. (Anexo I)**).

13.5.11. A CONTRATADA deverá apresentar **declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais** para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, face do disposto no Art. 67, VI, da Lei nº 14.133/21.

13.6. Das Regras Gerais Relativas aos Documentos de Habilitação:

13.6.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, face do disposto no Art. 70, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, por meio do sistema www.compras.gov.br.

13.6.1.1 - A documentação poderá ser apresentada em original ou ser enviada para o e-mail indicado no PREÂMBULO deste Edital, com cópia para o e-mail: cpl@mesquita.rj.gov.br.

13.6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.6.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

13.6.3.1. Se os documentos indicados no item **13.6.3**, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

13.6.4. Os documentos de **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, previstos no **subitem 13.3**, devem encontrar-se **válidos** na data da convocação.

13.6.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos / certidões serão considerados **válidos por um período de 90 (noventa) dias**, contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.6.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em Lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

13.6.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13.6.7. A documentação exigida para fins de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômico-Financeira poderá ser substituída pelo [Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo SICAF](#), desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL unificado disponível no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), nos termos do regulamento próprio.

13.6.8. Para fins de HABILITAÇÃO, a **verificação dos documentos pelo Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.6.9. Em caso de **participação de licitantes estrangeiras** que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.6.9.1. Caso seja VENCEDORA a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.6.9.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for **signatário da Convenção de Haia**, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

13.6.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

13.6.10. Será **INABILITADA** a licitante que apresentar **declaração** ou **documentação falsa**, que **deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos** ou **apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital**, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI), bem como àquelas previstas nos **incisos I e II, do Art. 64, da Lei nº 14.133/21**, ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e o disposto no [subitem 13.6.7](#) deste Edital.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO / EXECUÇÃO DO OBJETO

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

14.1. O **prazo de vigência do Contrato** será de **12 (doze) meses**, face disposto no Art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21, c/c o disposto no **subitem 14.1, do T. R.** (Anexo I), passando a contar a partir da publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de Grande Circulação do município de Mesquita.

14.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, face do disposto no **subitem 14.2, do T.R.** (Anexo I), desde que sejam devidamente justificadas pelo CONTRATANTE em processo administrativo as razões que ensejam a prorrogação contratual, consoante Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

14.3. O **prazo de execução do objeto** será de **12 (doze) meses**, face do disposto no **subitem 14.3, do T. R.** (Anexo I), a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, sendo sua publicação em Diário Oficial ou em Jornal de Grande Circulação do município de Mesquita.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será **12 (doze) meses**, face disposto no Art. 84, caput, da Lei nº 14.133/21, c/c o disposto no **subitem 14.5, do T. R.** (Anexo I), passando a contar da data de publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.

15.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, consoante Art. 84, caput, da Lei nº 14.133/21, c/c o **subitem 14.6, do Termo de Referência** (Anexo I).

15.3. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada, face do disposto no Art. 90 e seus incisos da Lei nº 14.133/21, c/c o **subitem 14.4, do T. R.** (Anexo I), para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

15.4. No ato da assinatura da Ata de Registro, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de PROCURAÇÃO, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

15.5. Não será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda do Termo de Referência, face do disposto no **subitem 14.8, do T. R. (Anexo I).**

16. DA AUSÊNCIA DA JUSTIFICATIVA PARA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Nos termos do Art. 86, da Lei nº 14.133/21, c/c a **cláusula 15, do T. R. (Anexo I)**, a divulgação prévia da **Intenção de Registro de Preços (IRP)** é exigida como etapa preparatória obrigatória. No entanto, o §1º, do mesmo artigo, prevê que essa exigência poderá ser dispensada, mediante **justificativa** idônea da AUTORIDADE COMPETENTE, quando a publicação da IRP não for considerada vantajosa ou necessária.

16.2. No presente caso, justifica-se a não publicação da IRP pelos seguintes motivos:

I - A contratação em questão possui caráter específico e restrito ao órgão requisitante, sem expectativa de adesão ou compartilhamento com outros entes da Administração Pública;

II - A realização da IRP, neste contexto, não acarretaria ganhos de economicidade, eficiência ou ampliação da competitividade, sendo o SRP utilizado unicamente para permitir flexibilidade na execução futura da Ata;

III - O processo segue as diretrizes de planejamento e vantajosidade previstas nos normativos vigentes, e a opção pelo SRP está tecnicamente fundamentada.

17. CONDIÇÕES / APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS / LOCAL DE ENTREGA

17.1. Todos os produtos serão entregues conforme solicitado e a critério da secretaria competente, de acordo com a Ordem de Fornecimento, face do disposto no **subitem 5.6, do T.R. (Anexo I).**

17.2. Mediante o objeto, será exigida apresentação de AMOSTRAS, face do disposto no **subitem 5.9, do T.R. (Anexo I)**, para verificação de conformidade técnica, a ser definida no Edital, sem prejuízo à competitividade.

17.3. As AMOSTRAS poderão ser entregues na sede da SETRANS, face do disposto no **subitem 5.13, do T.R. (Anexo I)**, sito a **Rua Heitor da Costa Val, nº 71, Sl. 103, bairro: Centro – Mesquita / RJ**, CEP.: 26.553-130, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, a partir da publicação do Contrato no Diário Oficial ou em Jornal de Grande Circulação do município de Mesquita, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

17.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

17.5. No caso de não haver entrega das AMOSTRAS ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de AMOSTRA fora das especificações previstas, a proposta será recusada, consoante **subitem 5.15, do T. R.** (Anexo I).

17.6. Os resultados das avaliações (**subitem 5.16, do T. R.** (Anexo I), serão divulgados por meio de Ofício a empresa.

17.7. O **prazo para entrega e instalação dos itens** é de **até 10 (dez) dias úteis**, conforme **subitem 6.1, do T. R.** (Anexo I), após envio de solicitação da ordem de fornecimento a ser enviado em meio eletrônico ou contato telefônico e o quantitativo de cada entrega será definido conforme saldo constante na Ordem de Fornecimento e será variável, face da necessidade de reposição de estoque mínimo de interesse do CONTRATANTE.

17.8. A entrega e instalação dos produtos desta licitação será feita nas quantidades e locais determinados pela Subsecretaria de Transporte e Trânsito, sito a **Rua Heitor da Costa Val, nº 71, Sl. 107, bairro: Centro – Mesquita / RJ**, e-mail: setrans@mesquita.rj.gov.br, conforme **subitem 6.2, do T.R.** (Anexo I).

17.8.1. Quando for determinado local de entrega na ordem de fornecimento o CONTRATADO deverá informar, por escrito, a data e hora da entrega, a fim de que seja realizado o recebimento do produto.

17.9. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido no **subitem 6.1, do T. R.** (Anexo I), deverá informar imediatamente, as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

17.9.1. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

17.9.2. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a empresa deverá providenciar a entrega de forma provisória, respeitando o prazo inicial, e caso não, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

17.10. Caso haja algum produto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste Termo de Referência (**subitem 6.6, Anexo I**), será recusado sem nenhum ônus para o município de Mesquita, notificando a empresa para substituição imediata.

17.11. Conforme a entrega e instalação dos itens esteja de acordo com o exigido no Termo de Referência (**subitem 6.7**, Anexo I), as Notas Fiscais devidamente atestadas pelos fiscais do Contrato serão entregues ao fornecedor para abertura de expediente próprio para recebimento, em conformidade com os procedimentos dispostos no Anexo II, do Decreto Municipal nº 2.151, de 31 de agosto de 2017.

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O **recebimento dos materiais** será feito pelos Fiscais do Contrato, sendo o mínimo necessário de **02 (dois) servidores** da respectiva Subsecretaria de Transporte e Trânsito, conforme **subitem 6.8, do Termo de Referência** (Anexo I), para o atesto do recebimento, que deverá ser:

- a) **Provisoriamente:** de forma sumária, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; conforme Art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21.
- b) **Definitivamente:** por servidor ou Comissão designada pela AUTORIDADE COMPETENTE, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; conforme Art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária (**subitem 9.1, do T. R.** (Anexo I), no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), na Proposta Financeira (Anexo II) e na Ata de Registro de Preços (Anexo-Parte B) / Contrato de Fornecimento (Anexo-Parte C), do Edital.

18.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, conforme disposto no **subitem 9.2, do T. R.** (Anexo I).

18.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias corridos (**subitem 9.3, do T. R.** (Anexo I), a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

18.6. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, correrão por conta do CONTRATADO e são condições para o recebimento do objeto, conforme disposto no **subitem 9.8, do T. R.** (Anexo I).

19. DO PAGAMENTO / REAJUSTE

19.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, conforme **subitem 9.9, do T. R.** (Anexo I), contados do adimplemento de cada parcela com a entrega dos materiais solicitados, contados a partir da apresentação da Nota de Empenho e atesto das Notas Fiscais / Fatura, devidamente atestadas e com aceite da Administração Pública, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

19.2. Juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês sobre o valor faturado, *pró rata die*, e correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

19.3. A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

19.4. O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, para crédito em BANCO, AGÊNCIA e CONTA CORRENTE indicados pela CONTRATADA, conforme **subitem 9.12, do T. R.** (Anexo I).

19.5. Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens / prestação de serviços, conforme disposto no **subitem 9.13, do T. R.** (Anexo I).

19.6. Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência (**subitem 9.14, do T. R.** (Anexo I).

19.7. Será considerada data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um (01) ano, contado da data do orçamento estimado, face do disposto no **subitem 9.17, do T. R.** (Anexo I). Após o interregno de um (01) ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.10. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado, face do disposto no **subitem 9.19, do T. R.** (Anexo I).

20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

20.1. São obrigações da CONTRATADA (**cláusula 16, do T.R. – Anexo I**):

- a) Entregar o material dentro das especificações estabelecidas;
- b) Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Subsecretaria de Transporte e Trânsito;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- d) Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;
- e) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- f) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- g) Fornecer todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução do objeto, devendo mantê-los em perfeitas condições de uso.
- h) Admitir pessoal e arcar com todas as despesas relativas às contratações, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, sob sua inteira responsabilidade, não se estabelecendo qualquer relação com a Contratante.
- i) Cumprir todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) e futuro Contrato.
- j) Prestar contas da gestão dos serviços ao Contratante.
- k) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. São obrigações da CONTRATANTE (cláusula 17, do T.R. – Anexo I):

- a) Supervisionar permanentemente a execução do objeto;
- b) Fornecer a CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do Contrato;
- c) Aplicar penalidades previstas no Contrato, de acordo com a legislação;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor;
- e) Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do Contrato;
- f) Solicitar as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias;
- g) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais do Contrato;
- h) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinente ao objeto do presente Termo de Referência (Anexo I);
- i) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- j) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- k) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- l) Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual;
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

22.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

22.2. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do sistema www.compras.gov.br.

22.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

23. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

23.1. Durante as fases de JULGAMENTO e de HABILITAÇÃO, o **Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em Ata acessível aos licitantes.

23.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

23.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

23.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

23.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no Edital.

23.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema www.compras.gov.br, no prazo de 01 (um) dia útil.

23.5. Sendo necessária a SUSPENSÃO da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema www.compras.gov.br, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em Ata.

24. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

24.1. Qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, a intenção de RECORRER nas seguintes fases: aceitação contra o julgamento das propostas e/ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico www.compras.gov.br. **A intenção de interpor recurso deverá ser registrada obrigatoriamente no sistema, caso isso não aconteça durante as etapas acima, o RECURSO encaminhado será INDEFERIDO.**

24.2. Então ao final da sessão pública será(ão) concedido(s) o **prazo de 03 (três) dias úteis**, face do disposto no **Art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/21**, para anexar o RECURSO no sistema eletrônico ou via e-mail (cpl@mesquita.rj.gov.br) memoriais contendo as razões recursais.

24.2.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos**, face do disposto no Art. 165, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, após a declaração do vencedor.

24.2.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal, no prazo indicado no [subitem 24.2.1](#), importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

24.3. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar CONTRARRAZÕES no **prazo de 03 (três) dias úteis**, que começarão a correr após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme disposto nos §§4º e 5º, do Art. 165, da Lei nº 14.133/21.

24.4. As razões do RECURSO e das CONTRARRAZÕES deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

24.5. O RECURSO terá efeito suspensivo até a decisão final da AUTORIDADE COMPETENTE e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

24.6. As razões do RECURSO serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à AUTORIDADE SUPERIOR, devidamente motivado, para decisão final no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos, conforme disposto no §2º, do Art. 165, da Lei nº 14.133/21.

24.7. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema www.compras.gov.br.

24.8. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

24.9. Decididos os recursos, a AUTORIDADE COMPETENTE fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

24.10. Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Pregoeiro** encaminhará o processo à AUTORIDADE COMPETENTE para a homologação.

25. DO CONTRATO

25.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de Termo de Contrato, conforme modelo disposto no Anexo - PARTE C, deste Edital.

25.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do Termo de Contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, face do disposto no Art. 90, caput, da NLLC, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

25.3. O prazo para assinatura do Termo de Contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma (01) vez, por igual período, conforme disposto no Art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/21, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pela CONTRATANTE, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

25.4. Se o instrumento de Contrato não for assinado pelo representante legal da CONTRATADA, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

25.5. O não comparecimento injustificado da adjudicatária ou a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas na cláusula 26, deste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver.

25.5.1. Na hipótese do item 25.5 a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o **Pregoeiro** retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

25.6. Por ocasião da convocação para assinatura do Contrato, a CONTRATANTE deverá consultar a regularidade da adjudicatária nos sistemas e-fisco e sistema (www.compras.gov.br), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

25.6.1. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 25.6, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

25.7. Poderá ser acrescentada ao Contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

26. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155, da Lei nº 14.133/21, a licitante ou a adjudicatária que:

26.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata de Registro de Preço ou do Contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

26.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

26.1.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

26.1.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

26.1.3.3. Desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

26.1.3.4. Desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

26.1.3.5. Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

26.1.3.6. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

26.1.4. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, o Instrumento Contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva Nota de Empenho, na forma estabelecida no subitem 25.2, deste Edital;

26.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

26.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

26.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

26.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;

26.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

26.1.7.3. Cometer fraude de qualquer natureza;

26.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.1.9. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

26.2. No caso de descumprimento total ou parcial das condições do T. R. (Anexo I) e do referido Edital, o município de Mesquita, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à CONTRATADA, conforme o caso, às penalidades previstas na **cláusula 08, do T. R. (Anexo I)**, c/c o Art. 156, da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.639/24.

I. **Advertência** - Sanção aplicável à ocorrência de inexecução parcial não reiterada;

II. **Multa** - O recebimento total em atraso dos serviços contratados ou atraso na execução das disposições contratuais;

III. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Direta e Indireta do município de Mesquita, por prazo não superior a 03 (três) anos;

IV. **Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar.**

26.3. Caberá ao **Secretário Municipal de Governança** a aplicação das sanções previstas nos itens I, II e III, do **item 26.2**, deste Edital (c/c o disposto no **subitem 8.4, do T.R. - Anexo I**).

26.4. Caberá ao **Chefe do Poder Executivo Municipal** a aplicação da sanção prevista no item IV, do **item 26.2**, deste Edital (c/c o disposto no **subitem 8.5, do T.R. - Anexo I**).

26.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **item 26.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no inciso II do mesmo item (c/c o disposto no **subitem 8.6, do T.R. - Anexo I**).

26.6. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21.

26.7. Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o Art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21, c/c o disposto no **subitem 8.8, do T.R. - Anexo I**.

26.7.1. Por inexecução parcial ou total deste contrato, as sanções descritas no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, de forma gradativa e proporcional à gravidade da falta cometida e de eventual dano causado, assegurados o contraditório e a ampla defesa de forma prévia.

26.7.1.2. Em caso de descumprimento total das obrigações, o valor da multa não excederá a 10% (dez por cento) do valor do Contrato. Caso haja a aplicação de mais de uma multa por descumprimento parcial das obrigações, a soma dos valores das eventuais multas aplicadas não ultrapassará esse limite.

26.7.1.3. Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die* sobre o valor do item inadimplido para os casos de mora (atraso).

26.7.2. Ficam estipulados a título de multa compensatória os percentuais de:

26.7.2.1. 2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido para os casos de inexecução parcial reiterada.

26.7.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato para os casos de inexecução total.

26.8. Dentro do mesmo período de referência, para o mesmo item inadimplido, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e a multa por mora; da mesma forma, a multa por inexecução parcial substitui a multa por mora.

26.9. As multas serão aplicadas considerando o Art. 155, da Lei nº 14.133/21.

26.10. As aplicações das sanções previstas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I) não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE.

26.11. Todas as sanções previstas no Termo de Referência (Anexo I), poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21, c/c o **subitem 8.12, do T.R. - Anexo I**).

26.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto no Art. 157, da Lei nº 14.133/21.

26.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

26.14. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela AUTORIDADE COMPETENTE.

26.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.16. Na aplicação das sanções será considerado o Art. 156, da Lei nº 14.133/21 e seus incisos.

26.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e AUTORIDADE COMPETENTE definidos na referida Lei (Art. 159, da Lei nº 14.133/21).

26.18. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133/21).

26.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

26.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163, da Lei nº 14.133/21, c/c o disposto no **subitem 8.21, do Termo de Referência** (Anexo I).

27. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

27.1. O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo do município, mediante **nomeação de 02 (dois) servidores** (c/c o **subitem 6.8, T.R. - Anexo I**), especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21, c/c o disposto no **item 7.8, do T.R. - Anexo I** e da Instrução Normativa nº 004/17, da P.M.M, da Controladoria Geral do Município (CGM), que estabelece os procedimentos a execução das atividades de FISCALIZAÇÃO e acompanhamento dos Contratos, Aditivos, Convênios, Termos de Ajustes, Acordos ou Parcerias celebradas pelo município de Mesquita.

27.2. Os servidores designados anotarão em registro próprio (§1º, do Art. 117, da Lei nº 14.133/21) todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I - Fiscalizar e atestar o fornecimento do objeto, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Contrato;
- II - Comunicar eventuais falhas no fornecimento, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;
- III - Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados o fornecimento;

IV - Emitir pareceres em todos os atos da Administração Pública relativos à execução do Contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;

V - A FISCALIZAÇÃO exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

27.3. O gerenciamento e a FISCALIZAÇÃO do Contrato caberão, respectivamente, aos servidores da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (face disposto no **subitem 7.10, do T.R.** (Anexo I), que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

27.4. Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o município ou modificação da contratação.

27.5. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente à AUTORIDADE ADMINISTRATIVA imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas, consoante **subitem 7.12, do T.R.** (Anexo I).

27.6. A existência e a atuação da gestão e da FISCALIZAÇÃO do Contrato em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA (**subitem 7.13, do T.R.** (Anexo I), no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante a terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

28. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

28.1 - Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora, poderão integrar CADASTRO DE RESERVA, obedecida a ordem de classificação no certame, conforme disposto no inciso VII, do Art. 82, da Lei nº 14.133/21.

28.2. O CADASTRO DE RESERVA será incluído como anexo da Ata e poderá ser acionado quando:

28.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata;

28.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da Ata.

28.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o CADASTRO DE RESERVA será efetuada apenas na eventualidade de serem convocados para assinatura da Ata.

28.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a Ata não gera para os integrantes do CADASTRO DE RESERVA a aplicação de qualquer sanção administrativa.

29. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/18)

29.1. Em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** – Lei nº 13.709/2018, c/c o disposto na **cláusula 18, do T.R.** (Anexo I), a contratação decorrente deste Edital, deverá observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição dos materiais, no âmbito da Administração Pública do município de Mesquita.

29.2. Dessa forma, a empresa CONTRATADA deverá:

29.2.1. Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do Contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, face aos princípios estabelecidos na LGPD.

29.2.2. Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do Contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela Administração Pública.

29.2.3. Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados.

29.2.4. Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação.

29.2.5. Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente.

29.2.6. Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

29.3. O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da contratada poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

30. DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

30.1. De acordo com o Decreto nº 2144/17, publicado em 17/08/17, c/c a Lei Complementar Municipal nº 29/2019, publicado em 12/06/19, que regulamenta no âmbito municipal a Lei Federal nº 12.846/13, dispondo: “Art. 41 - para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste **PREGÃO** constarão de Ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

31.2. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo à justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores;

31.3. O preço total proposto deverá considerar a consecução dos objetos da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;

31.4. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação nacional que rege a matéria concernente às licitações e Contratos Administrativos.

31.5. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema www.compras.gov.br, ou no Diário Oficial do município de Mesquita.

31.6. A presente licitação poderá ser REVOGADA, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será ANULADA, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do Art. 71, da Lei nº 14.133/21.

31.7. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato, somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do Art. 147, da Lei nº 14.133/21.

31.8. Após a adjudicação do objeto, a REVOGAÇÃO ou a ANULAÇÃO da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 03 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

31.8.1. Da decisão da autoridade de ANULAR ou REVOGAR o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis (Art. 165, I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21) para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

31.9. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da REVOGAÇÃO, cabendo, em caso de ANULAÇÃO, o dever de indenizar a CONTRATADA pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

31.10. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos do Termo de Referência (Anexo I) e seu respectivo Edital.

31.11. Em caso de divergência entre o T. R. (Anexo I) e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

31.12. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema (www.compras.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

31.13. Os casos omissos neste Edital serão decididos pelas PARTES, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos Contratos que regem a matéria.

31.14. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no Art. 55, I, “a”, da Lei Federal n.º 14.133/21.

31.15. Constituem ANEXOS deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - PLANILHA ESTIMATIVA;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração Unificada;
- e) Anexo V - Declarações Complementares;
- f) Anexo VI - Declaração de Práticas de Anticorrupção;
- g) PARTE B - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- h) PARTE C - Minuta de Contrato.

32. DO FORO DE ELEIÇÃO

32.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Mesquita**, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente EDITAL DE LICITAÇÃO que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mesquita, 14 de abril de 2026.

Ramon Rios
Equipe de Apoio

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **Aquisição de Material para Sinalização Viária**, através de Sistema de Registro de Preços, para serem utilizados nas operações de fiscalização e de Educação no trânsito em toda cidade, conforme a demanda apresentada.


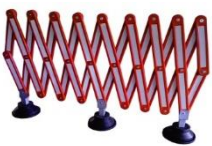

2. JUSTIFICATIVA


2.1. A estruturação da sinalização viária visa garantir a segurança dos Agentes que, em virtude de suas atribuições, trabalham diretamente envolvidos com o fluxo de veículos nas vias da cidade, em áreas de grande exposição a riscos, estando, portanto, sujeitos aos perigos inerentes ao cargo.

2.2. O objeto deste Termo visa maximizar a segurança tanto dos Agentes quanto dos munícipes em todas as vias da cidade, pois a sinalização feita com equipamentos adequados contribui para a melhor fluidez do trânsito nas áreas dos postos e locais remotos de trabalho, evitando que ocorram infortúnios provenientes de uma sinalização deficiente.

2.3. A Subsecretaria de Transporte e Trânsito será o único órgão contratante desta aquisição, estando assim, conforme o §1º, do Art. 86, da Lei nº 14.133/21, realizar o procedimento de intenção de Registro de Preços, ressaltando que as quantidades solicitadas foram calculadas de acordo com as necessidades somente desta Subsecretaria.

2.4. A prestação dos serviços e fornecimento deverá obedecer ao descrito na TABELA abaixo:

Item		DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD.
01		Cilindro Canalizador ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma "SETRANS". A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100
02		Barreiras Pantográficas refletiva de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados "SETRANS", no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20
03		Fita zebra confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000

04		Cone Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebreada, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma “DMTRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500
----	---	---	-----

Obs.: Os materiais usados na confecção dos equipamentos de sinalização não devem ser de matéria-prima reciclada.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Considerando que o Plano de Contratações Anual (PCA) está em elaboração, a presente compra encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os materiais devem atender as especificações do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e dos respectivos volumes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – MBST, além das normas técnicas aplicáveis da ABNT, normalmente no que se refere à refletividade, durabilidade e segurança.

5.2. Os produtos deverão apresentar resistência adequada às condições climáticas urbanas (chuva, sol, corrosão, vandalismo leve), assegurando vida útil compatível com o uso previsto.

5.3. Os adesivos refletivos deverão utilizar película retrorrefletiva com certificação mínima do INMETRO ou órgão equivalente, quando aplicável, assegurando visibilidade noturna e diurna adequada.

5.4. Os materiais deverão respeitar os tamanhos, formatos, espessuras, suportes e sistemas de fixação definidos nos anexos técnicos do Edital, sem especificações excessivamente restritivas que limitem fabricantes.

5.5. Os itens fornecidos devem ser compatíveis com a infraestrutura já existente no Município, permitindo substituição, ampliação e padronização da sinalização.

PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.6. A entrega deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos no Edital, com materiais embalados e protegidos adequadamente para evitar danos.

GARANTIA MÍNIMA:

5.7. Exigir-se-á garantia mínima legal dos produtos, abrangendo defeitos de fabricação e não conformidade técnica, pelo período definido no Termo de Referência.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.8. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao órgão solicitante para esclarecimentos sobre instalação adequada, conservação e utilização dos materiais, quando necessário.

5.9. Será exigida apresentação de AMOSTRAS para verificação de conformidade técnica, a ser definida no Edital, sem prejuízo à competitividade.

MATERIAIS SUSTENTÁVEIS OU DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL:

5.10. Sempre que tecnicamente viável, priorizar produtos com maior durabilidade, recicláveis ou produzidos com menor consumo energético.

LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS GERADOS DURANTE O FORNECIMENTO:

5.11. A empresa deverá recolher e destinar adequadamente embalagens e resíduos decorrentes da entrega, conforme legislação ambiental aplicável.

EFICIÊNCIA ECONÔMICA:

5.12. Os materiais deverão apresentar boa relação custo-benefício, evitando-se soluções de luxo ou com características supérfluas.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

5.13. As AMOSTRAS poderão ser entregues na sede da SETRANS, na Rua Heitor da Costa Val, nº 71 – Sl. 103 - Centro – Mesquita / RJ – CEP.: 26.553-130, no **prazo limite de 10 (dez) dias úteis**, a partir da publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de Grande Circulação do município de Mesquita, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.14. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

5.15. No caso de não haver entrega da AMOSTRA ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

5.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de Ofício à empresa.

DA SUBCONTRATAÇÃO:

5.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

5.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES / LOCAL DA ENTREGA:

6.1. O **prazo para entrega e instalação** dos itens é de **até 10 (dez) dias úteis**, após o envio da ordem de serviço.

6.2. Os produtos desta licitação serão entregues e instalados nos locais determinados pela Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS), por meio das Ordens de Serviço, enviadas através do e-mail: setrans@mesquita.rj.gov.br.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela secretaria na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a empresa deverá providenciar a entrega de forma provisória, respeitando o prazo inicial, e caso não, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega;

6.6. Caso haja algum produto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para o município de Mesquita, notificando a empresa para substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.7. Conforme a entrega e instalação dos itens esteja de acordo com o exigido no Termo de Referência, as notas fiscais devidamente atestadas pelos fiscais do Contrato serão entregues ao fornecedor para abertura de expediente próprio para recebimento, em conformidade com os procedimentos dispostos no Anexo II, do Decreto Municipal nº 2.151 de 31 de agosto de 2017.

6.8. O **aceite pelos Fiscais de Contrato**, sendo o mínimo necessário de **02 (dois) servidores** da respectiva Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS), para o atesto do recebimento, que deverá ser:

I-Provisoriamente: de forma sumária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme Art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21.

II-Definitivamente: por servidor ou Comissão designada pela AUTORIDADE COMPETENTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme Art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21.

6.9. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta financeira e na Ata de Registro de Preços / Contrato de Fornecimento.

6.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo, devendo ser substituídos no prazo de

05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

GARANTIA:

6.12. O **prazo de garantia** é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.13. Os produtos mencionados neste Termo de Referência deverão possuir garantia mínima conforme legislação vigente e as informações relacionadas neste.

6.14. No caso de empresas sediadas fora do município de Mesquita / RJ, quando esta Administração Pública realizar as devidas solicitações por ordem de fornecimento dos produtos, deverão providenciar a entrega no local indicado na referida ordem, sem nenhum custo adicional.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

7.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas a as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, face apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, atendendo ao requisitos da Portaria nº 04/25, da Procuradoria Geral do Município.

GESTOR DO CONTRATO:

7.7. Cabe ao Gestor do Contrato:

7.7.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

7.7.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à AUTORIDADE SUPERIOR àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.7.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158, da Lei nº 14.133/21, ou pelo Agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificados a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela FISCALIZAÇÃO e gestão nos termos do Contrato.

DA FISCALIZAÇÃO:

7.8. O acompanhamento da execução do Contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação de servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa nº 004/2017, da PMM, da Controladoria Geral do município (CGM), que estabelece os procedimentos para a execução das atividades de fiscalização e acompanhamento dos Contratos, Aditivos, Convênios, Termos de Ajuste, acordos ou parcerias celebradas pelo município de Mesquita.

7.9. Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, sendo-lhes assegurada a prerrogativa de:

- I - Fiscalizar e atestar o fornecimento do objeto, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Contrato;
- II - Comunicar eventuais falhas no fornecimento, cabendo a CONTRATADA adotar as providências necessárias;
- III - Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados no fornecimento;

IV - Emitir pareceres em todos os atos da Administração Pública relativas à execução do Contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;

V - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

7.10. O gerenciamento e a fiscalização do Contrato caberão, respectivamente, aos servidores da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SETRANS), que determinará o que for necessário para regularização de falhas ou defeitos, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.11. Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o município ou modificação da contratação.

7.12. As decisões que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

7.13. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização do Contrato em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, as implicações próximas e remotas perante o contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes de sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da contratante ou de prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

7.14. Os Fiscais responsáveis por este Contrato, são:

I – Carlos Pedro da Silva Miranda – Matr.: 11/006.554-4

II – Roberta Barbosa Baptista Damasceno – Matr.: 11/007.013

8 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. Os ônus decorrentes do descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste instrumento contratual serão de responsabilidade da parte que lhes der causa, sem prejuízo de eventual responsabilização daquele que der causa ao inadimplemento por perdas e danos perante a parte prejudicada, de acordo com o estabelecido no Art. 123 e seus incisos do Decreto Municipal nº 3.639/2024.

8.2. Eventual aplicação de sanção administrativa deve ser formalmente motivada, assegurado o exercício, de forma prévia, do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na aplicação das sanções a AUTORIDADE COMPETENTE levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à parte prejudicada, observado o princípio da proporcionalidade.

8.3.1. Constituirá:

I - **Advertência** – Sanção aplicável à ocorrência de inexecução parcial não reiterada;

II - **Multa** – O recebimento total em atraso dos serviços contratados ou atraso na execução das disposições contratuais;

III - **Impedimento de licitar e de contratar** com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;

IV - **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar.

8.4. Caberá ao Chefe do Poder Executivo municipal a aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do subitem 8.3.1, deste Termo de Referência.

8.5. Caberá ao Secretário Municipal de Governança a aplicação da sanção prevista no inciso IV, do subitem 8.3.1, deste Termo de Referência.

8.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do subitem 8.3.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no inciso II, do mesmo subitem.

8.7. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no Art. 155, da Lei nº 14.133/21.

8.8. Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o Art. 163, da Lei nº 14.133/21.

8.8.1. Por inexecução parcial ou total deste Contrato, as sanções descritas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, de forma gradativa e proporcional à gravidade da falta cometida e de eventual dano causado, assegurados o contraditório e a ampla defesa de forma prévia.

8.8.1.1. Em caso de descumprimento total das obrigações, o valor da multa não excederá a 10% (dez por cento) do valor do Contrato. Caso haja a aplicação de mais de uma multa por descumprimento parcial das obrigações, a soma dos valores das eventuais multas aplicadas não ultrapassará esse limite.

8.8.1.2. Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die* sobre o valor do inadimplido para os casos de mora (atraso).

8.8.2. Ficam estipulados a título de multa compensatória os percentuais de:

8.8.2.1. 2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido para os casos de inexecução parcial reiterada.

8.8.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato para os casos de inexecução total.

8.9. Dentro do mesmo período de referência, para o mesmo item inadimplido, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e a multa por mora, da mesma forma, a multa por inexecução parcial substitui a multa por mora.

8.10. As multas serão aplicadas considerando o Art. 155, da Lei nº 14.133/21.

8.11. As aplicações das sanções previstas neste Termo de Referência não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.12. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

8.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto no Art. 157, da Lei nº 14.133/21.

8.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

8.15. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela AUTORIDADE COMPETENTE.

8.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.17. Na aplicação das sanções será considerado o Art. 156, da Lei nº 14.133/21 e seus incisos.

8.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e AUTORIDADE COMPETENTE definidos na referida Lei (Art. 159).

8.19. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133/21).

8.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

8.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163, da Lei nº 14.133/21.

9 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO:

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constates no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art.143, da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

9.8. As atividades de montagem, instalação e qualquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do CONTRATADO e são condição para o recebimento do objeto.

LIQUIDAÇÃO:

9.9. O **prazo de pagamento** será de **até 30 (trinta) dias**, contados do adimplemento de cada parcela com a entrega dos materiais solicitados, contados a partir da apresentação da Nota de Empenho e atesto das Notas Fiscais / Fatura devidamente atestada e com aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

9.10. Juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês sobre o valor faturado, *pró rata die*, e correção monetária do valor devido com base na variação mensal do **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

9.11. A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

FORMA DE PAGAMENTO:

9.12. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

9.13. Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens / prestação de serviços.

9.14. Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

9.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

REAJUSTE:

9.17. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um (01) ano, contado da data do orçamento estimado.

9.18. Após o interregno de um (01) ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.19. Aplicado o reajuste na Ata, o(s) Contrato(s) formalizado(s) posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

9.20. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.21. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo de Aditivo.

9.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, no modo ABERTO / FECHADO, nos termos dos Arts. 6º, inciso XLI, Art. 17, §2º, e Art. 34, todos da Lei Federal nº 14.133/21, Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto Federal nº 11.462/2023.

FORMA DE FORNECIMENTO:

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

11 - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11-1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro (1º) lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

I- Habilitação Jurídica:

a) Pessoa Física: **Cédula de Identidade (RG)** ou documento equivalente que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o Território Nacional;

b) Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: **Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: **Portaria de Autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União** e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

g) Sociedade Simples: **Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas** do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

h) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: **Inscrição do Ato Constitutivo** da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

i) Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto Social, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

j) Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados o que estiver em vigor com no mínimo o Sócio Administrador, o endereço da empresa, e representação societária e a data de registro desta última alteração, caso ausente, deverá estar acompanhado das alterações com os dados solicitados ou da consolidação respectiva.

II. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da **Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND)**, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

c) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

d) **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes [Municipal / Estadual]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

f) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

g) Caso a licitante tenha filial em outro Estado, deverá apresentar também a CRF do Estado filial;

h) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

i) As microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos Arts. 42 e 43, da LC. nº 123, de 2006 e Art. 4º, do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

j) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa (ME), da Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou do Microempreendedor Individual (MEI), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

k) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

l) Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do Art. 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

m) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/06, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Da Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Certidão Negativa de Insolvência Civil**, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

b) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

c) **Certidão Negativa de Falência** referente aos processos distribuídos pelo PJE (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

d) A certidão descrita no item “c” somente é exigível quando a Certidão Negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

e) No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será **INABILITADA**, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

f) **Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo** correspondente a **5% (cinco por cento) do valor estimado** da licitação para o respectivo lote / item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro (1º) lugar em mais de um lote / item.

g) **Comprovação da boa situação financeira** da licitante, através do cumprimento dos **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

h) Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais**, exigíveis e apresentados na forma da Lei (incluindo o Termo de Abertura e Termo de Encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída **há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.**

i) Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos Termos de Abertura e de Encerramento.

j) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme Art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/21.

k) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

l) A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

IV- Da Qualificação Técnica

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, compatível em características técnicas similares ao fornecimento.

b) Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica sem exigência de quantitativos mínimos;

c) O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos / serviços. Caso os atestados não venham com as informações acima

mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento / serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Pregoeiro.

d) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

e) Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenha alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível ou por demais fatores.

f) Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestar recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

g) Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

12 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO OBJETO

12.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Município de Mesquita, para o presente exercício (2026), na classificação abaixo:

Programa de trabalho: 20.53.26.125.2080.2.512

Elementos de Despesas: 3.3.90.30

Fonte de Recursos: 1500

12.2. O valor total estimado desta contratação orçado pelo Departamento de Compras foi de **R\$ 99.979,40** (Noventa e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

13 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

13.1. As propostas terão **validade de, no mínimo 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante.

13.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

13.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

13.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

14 - PRAZO DE EXECUÇÃO / VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

14.1. O **prazo de vigência do Contrato** será de **12 (doze) meses**, passando a contar a partir da publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.

14.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, desde que seja devidamente justificada pelo CONTRATANTE em processo administrativo as razões que ensejam a prorrogação contratual, conforme Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

14.3. O **prazo para a execução** do objeto será de **12 (doze) meses**, a contar da Ordem de Início de Serviço, sendo sua publicação em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.

PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.4. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disposto no Art. 90 e seus incisos da Lei nº 14.133/21.

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.5. O **prazo de vigência da Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, face do disposto no Art. 84, da Lei nº 14.133/21, sendo sua vigência, passando a contar a partir da publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.

14.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.7. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

14.8. **Não será permitida a adesão por órgãos não participantes** à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência.

15 - AUSÊNCIA DA JUSTIFICATIVA PARA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Nos termos do Art. 86, da Lei nº 14.133/21, a divulgação prévia da **Intenção de Registro de Preços (IRP)** é exigida como etapa preparatória obrigatória. No entanto, o §1º, do mesmo artigo prevê que essa exigência poderá ser dispensada, mediante **justificativa** idônea da AUTORIDADE COMPETENTE, quando a publicação da IRP não for considerada vantajosa ou necessária.

15.2. No presente caso, justifica-se a não publicação da IRP pelos seguintes motivos:

I - A contratação em questão possui caráter específico e restrito ao órgão requisitante, sem expectativa de adesão ou compartilhamento com outros entes da Administração Pública;

II - A realização da IRP, neste contexto, não acarretaria ganhos de economicidade, eficiência ou ampliação da competitividade, sendo o SRP utilizado unicamente para permitir flexibilidade na execução futura da Ata;

III - O processo segue as diretrizes de planejamento e vantajosidade previstas nos normativos vigentes, e a opção pelo SRP está tecnicamente fundamentada.

16 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

16.1. Entregar o material dentro das especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital, além de todos os anexos.

16.2. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Subsecretaria de Transporte e Trânsito;

16.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

16.4. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

16.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

16.6. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

16.7. Fornecer todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução do objeto, devendo mantê-los em perfeitas condições de uso.

16.8. Admitir pessoal e arcar com todas as despesas relativas às contratações, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, sob sua inteira responsabilidade, não se estabelecendo qualquer relação com a Contratante.

16.9. Cumprir todos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e futuro Contrato.

16.10. Prestar contas da gestão dos serviços a Contratante.

16.11. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21.

17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1. Supervisionar permanentemente a execução do objeto;
- 17.2. Fornecer a CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do Contrato;
- 17.3. Aplicar penalidades previstas no Contrato, de acordo com a legislação;
- 17.4. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do Contrato;
- 17.5. Solicitar as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias;
- 17.6. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais do Contrato;
- 17.7. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinente ao objeto do presente Projeto.
- 17.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 17.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 17.10. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 17.11. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste instrumento;
- 17.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18 - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/18)

18.1. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/18, a contratação decorrente deste Termo de Referência deverá observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição dos materiais no âmbito da administração pública municipal.

18.2. Dessa forma, a empresa CONTRATADA deverá:

18.2.1. Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, conforme os princípios estabelecidos na LGPD.

18.2.2. Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela administração pública.

18.2.3. Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados.

18.2.4. Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação.

18.2.5. Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente.

18.2.6. Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

18.3. O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da CONTRATADA poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19 - DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

19.1. De acordo com o Decreto nº 2.144/17, publicado em 17/08/17, c/c a Lei Complementar Municipal nº 29/19, publicado em 12/06/19, que regulamenta no âmbito municipal a Lei Federal nº 12.846/13, dispondo: *“Art. 41 - Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”*.

20 - DA RESCISÃO DE CONTRATO

20.1. Os casos de rescisão contratual obedecerão ao disposto nos Arts. 137 a 139, da Lei nº 14.133/21, e serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.2. Eventual rescisão não representa quitação para os débitos aferidos e não quitados. Em caso de rescisão os serviços serão considerados parcialmente entregues e caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento proporcional aos serviços até então prestados, conforme as condições estabelecidas nesse Contrato.

20.3. O Contrato se extinguirá quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

20.4. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

20.5. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

20.6. Caso seja constatado, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

20.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

20.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

21. DA MATRIZ DE RISCOS.

21.1. Em observância ao disposto no inciso XXVII, do Art. 6º, da Lei nº 14.133/21, as PARTES, declaram que a presente contratação não apresenta eventos supervenientes impactantes no equilíbrio econômico-financeiro que justifiquem ou fundamentem a elaboração de Matriz de Riscos para o Contrato.

22. DO FORO.

22.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Mesquita**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Termo de Referência, que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo à justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores;

23.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução dos objetos da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;


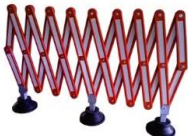


23.3. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação nacional que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

23.4. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Termo de Referência e seu respectivo Edital.

23.5. Os casos omissos serão decididos pelas PARTES, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos Contratos.

Roberta B. B. Damasceno
Subsecretária
Mat. 11/007.013

ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		Cilindro Canalizador ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma “SETRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100	R\$ 249,41	R\$ 24.941,00
2		Barreiras Pantográficas refletiva de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados “SETRANS”, no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20	R\$ 857,67	R\$ 17.153,40
3		Fita zebra da confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000	R\$ 11,22	R\$ 11.220,00
4		Cone Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebra, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma “DMTRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500	R\$ 93,33	R\$ 46.665,00
TOTAL					R\$ 99.979,40

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 99.979,40 (Noventa e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste Edital, conforme discriminado no Termo de Referência (Anexo I) / Planilha Estimativa (Anexo II), pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Firma Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____ Telefone: _____

Email: _____ CNPJ: _____

Insc.Estadual / Municipal: _____.

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		Cilindro Canalizador ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma “SETRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100	R\$	R\$
02		Barreiras Pantográficas refletiva de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados “SETRANS”, no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20	R\$	R\$

03		Fita zebra da confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000	R\$	R\$
04		Cone Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebra, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma "DMTRANS". A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500	R\$	R\$
TOTAL					R\$

Valor global por extenso: R\$ **XXXXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**).

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.003/26**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do Art. 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de **Microempreendedor Individual (MEI) Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

() **Marcar este item caso se enquadre na situação de Microempreendedor Individual (MEI) Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).**

- Declaramos, de que estamos cientes e concordamos com as condições contidas neste edital e em seus anexos e que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

- Declaramos, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, **salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

- Declaramos, que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em Lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/21).

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaramos, que considerando, as normas de compliance dos Atos Públicos que tutela a conduta dos servidores e do público externo que participe de processo de licitação e CONSIDERANDO o Art. 41, da Lei Complementar Municipal nº 29/2019, o participante, que ora subscreve a presente declaração, se compromete a cumprir o que determina a Lei segundo padrões éticos e regulamentos internos para minimizar riscos de desvio de finalidade do processo de Licitação.

- Declaramos, para fins de direito, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

- Declaramos está CIENTE e CONCORDANDO com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como ATESTA que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

(Em papel timbrado da empresa)

À

CPL – MUNICÍPIO DE MESQUITA - PMM

Razão Social

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/26 declaramos que:

- Não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo (2º) grau, ou por adoção, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, a partir da data da apresentação da Proposta de Preço (c/c o **subitem 13.1, do Termo de Referência – Anexo I**).
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do Art. 1º e no inciso III, do Art. 5º, da Constituição Federal, bem como no Art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/21.
- Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o CONTRATANTE.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da empresa
devidamente identificada

Carimbo de CNPJ da empresa

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO
(Em papel timbrado da empresa)**

À

CPL – MUNICÍPIO DE MESQUITA - PMM

Ref.: Edital de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/26.

Empresa: _____.

CONSIDERANDO, as normas de compliance dos Atos Públicos que tutela a conduta dos servidores e do público externo que participe de processo de licitação e CONSIDERANDO o **Art. 41, da Lei Complementar Municipal nº 29/2019**, **o participante, que ora subscreve a presente declaração**, se compromete a cumprir o que determina a Lei, segundo padrões éticos e regulamentos internos para minimizar RISCOS DE DESVIO de finalidade do processo de Licitação.

Declaro ainda estar ciente da vedação legal e responsabilização penal, cível ou administrativamente pela prática de atos de improbidade que juntos ou individualmente possam inviabilizar o processo licitatório com base na ampla participação, publicidade, concorrência e disputa que possa trazer prejuízos aos interesses públicos tutelados no Município de Mesquita.

Art. 41 – “Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de forma a ele relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.”

Responsável Legal da Empresa
(Nome e CPF)

PARTE B

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE MESQUITA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Governança**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em **XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX**, neste ato representada pelo(a) **XXX** (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 3.639/24 (S.R.P., seção IV, Art. 92, do D.OM), face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90.003/26**, homologado através do Ato **XXXXXX**, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXXXXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº **XXXXXX**, com sede em **XXX**, neste ato, representada por **XXXXXX**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente **Ata de Registro de Preços** tem como objeto **Aquisição de Material para Sinalização Viária**, à serem utilizados nas operações de Fiscalização e de Educação no trânsito em toda cidade, face atendimento as demandas da Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. Não será permitida a **adesão por órgãos não participantes** à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência, conforme disposto no **subitem 14.8, do T.R.** (Anexo I), deste Edital.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES


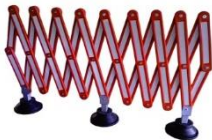


2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS), com os quantitativos estimados definidos no Anexo II, deste Edital.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. O **valor total** da contratação é R\$ **XXXXXXXXXXXXXX** (**indicar valor por extenso**), conforme detalhamento abaixo descrito):

3.2. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a executar o(s) item(ns) de serviços registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		Cilindro Canalizador ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma “SETRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100	R\$	R\$
2		Barreiras Pantográficas refletiva de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados “SETRANS”, no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20	R\$	R\$
3		Fita zebrada confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000	R\$	R\$
4		Cone Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebrada, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma “DMTRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500	R\$	R\$

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, disposto no Art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/21, c/c o disposto no **subitem 14.5, do T.R. (Anexo I)**, contado da data de publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação de Mesquita.

4.2. No caso de Ata de Registro de Preços, poderá ser aditivada por igual período, uma (01) única vez, renovando-se o seu saldo para fins de planejamento anual e desde que seja utilizado índice de correção de preços e aceite pelo fornecedor que detém Ata registrada.

4.3. Não será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência, conforme disposto no **subitem 14.8, do T.R. (Anexo I)**, do Edital.

4.4. Caso o fornecedor solicite distrato, será solicitado o saldo referente a 03 (três) meses do planejamento indicado no E. T. P. ou, em caso de sua ausência, os quantitativos solicitados nos últimos 03 (três) meses.

5. DO PAGAMENTO / REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária (**subitem 9.12, do T.R. (Anexo I)**, mediante depósito em conta corrente em favor da CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da Nota Fiscal (**subitem 9.9, do T.R. (Anexo I)**, verificado o recebimento do objeto contratual e cumprida as formalidades legais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e a ordem cronológica prevista no Art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado, após decorrido um (01) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, fornecido pelo IBGE.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, conforme disposto no **subitem 9.17, do T.R. (Anexo I)**, deste Edital.

5.4. Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme disposto no **subitem 9.18, do T.R. (Anexo I)**, deste Edital.

5.5. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.6. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.7. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado, conforme disposto no **subitem 9.19, do T.R.** (Anexo I), deste Edital.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no [item 6.1](#), implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no [item 6.2](#), implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;

b) Demonstração, por meio da apresentação de PLANILHA DE CUSTOS ou MEMÓRIA DE CÁLCULO, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo / adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no [item 6.3](#), a **DENTENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes / itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada, mediante Termo Aditivo e requer a apresentação de NOVA PROPOSTA DE PREÇO e/ou NOVA PLANILHA DE CUSTOS e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do Edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos Contratos.

7. DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item mais vantajoso, consumindo-se os demais nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação em mais de um item, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas venceram itens espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.4. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no [item 7.3](#), o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas, mediante assinatura de **Termo de Contrato (Anexo – PARTE C)**, do Edital, com **prazo de 12 (doze) meses**, face disposto no **subitem 14.4, do T.R.**, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro.

8.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do Termo de Contrato, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O **prazo para assinatura** do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma (01) única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o Contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do Contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses dos **itens 8.5 e 8.6**, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do CADASTRO DE RESERVA, se houver, ou os licitantes remanescentes, na Ordem de Classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no Art. 90, §§2º e 4º, da Lei nº 14.133/21.

8.8. Os participantes poderão fazer a contratação individual de itens registrados de forma aglutinada, ficando dispensada a comprovação da vantajosidade mediante pesquisa de preço.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

- 9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
- 9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
- 9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
- 9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 9.1.9. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais / Faturas correspondentes ao objeto contratado.
- 9.1.10. Fiscalizar a execução do objeto;
- 9.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.1.12. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- 9.1.13. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
- 10.1.3. Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado;
- 10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário;

10.1.6. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

10.1.7. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

10.1.8. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

10.1.9. Cumprir as exigências de RESERVA DE CARGOS prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.10. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

10.1.11. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

10.1.12. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

10.1.13. Executar as obrigações assumidas no presente Contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente Contrato.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. Não será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda do Termo de Referência, conforme disposto no **subitem 14.8, do T.R.** (Anexo I), deste Edital.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os Contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta no município de Mesquita, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do Contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o [item 11.1.6](#).

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de inexecução, execução incompleta do objeto, atrasos na retirada da Nota de Empenho ou de instrumento equivalente ou qualquer violação ao disposto no Termo de Referência (Anexo I) ou na legislação em vigor, caberá à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos Arts. 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133/21 e Art. 123, do Decreto Municipal nº 3.639/24, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I. **Advertência**;

II. **Multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Mesquita, pelo prazo de até 03 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.3. A aplicação da pena incumbe ao:

13.4. Secretário Municipal de Governança a aplicação das penas previstas nos incisos I, II e III, do [item 13.2](#) (c/c o **item 8.4, do T.R. - Anexo I**).

13.5. Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação da pena prevista no inciso IV, do [item 13.2](#) (c/c o **item 8.5, do T.R. - Anexo I**).

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do [item 13.2](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item (c/c o disposto no **item 8.6, do T.R. - Anexo I**).

13.7. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.8. É admitida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em conformidade com o Art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21, c/c o **item 8.8, do T.R. - Anexo I**.

13.8.1. Por inexecução parcial ou total deste Contrato, as sanções descritas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, de forma gradativa e proporcional à gravidade da falta cometida e de eventual dano causado, assegurados o contraditório e a ampla defesa de forma prévia.

13.8.1.1. Em caso de descumprimento total das obrigações, o valor da multa não excederá a 10% (dez por cento) do valor do Contrato. Caso haja a aplicação de mais de uma multa por descumprimento parcial das obrigações, a soma dos valores das eventuais multas aplicadas não ultrapassará esse limite.

13.8.1.2. Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die* sobre o valor do item inadimplido para os casos de mora (atraso).

13.8.2. Ficam estipulados a título de multa compensatória os percentuais de:

13.8.2.1. 2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido para os casos de inexecução parcial reiterada.

13.8.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato para os casos de inexecução total.

13.9. Dentro do mesmo período de referência, para o mesmo item inadimplido, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e a multa por mora; da mesma forma, a multa por inexecução parcial substitui a multa por mora.

13.10. As multas serão aplicadas considerando o Art. 155, da Lei nº 14.133/21.

13.11. As aplicações das sanções previstas no Termo de Referência (Anexo I) não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.12. Todas as sanções previstas no Termo de Referência (Anexo I) poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

13.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto no Art. 157, da Lei nº 14.133/21.

13.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

13.15. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela AUTORIDADE COMPETENTE.

13.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.17. Na aplicação das sanções será considerado o Art. 156, da Lei nº 14.133/21 e seus incisos.

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e AUTORIDADE COMPETENTE definidos na referida Lei (Art. 159, da Lei nº 14.133/21).

13.19. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato (Anexo – PARTE C, do Edital) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133/21).

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

13.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163, da Lei nº 14.133/21.

13.22. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

14. DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

14.1. Aderindo expressamente ao disposto no Decreto nº 2.144/2017, publicado em 17/08/17 e a Lei Complementar nº 29/19, publicado em 12/06/19, que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/13 no âmbito municipal, que dispõe: *“Art. 41 - para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”*.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Nos termos do Art. 94, da Lei nº 14.133/21, o presente instrumento contratual será publicado no **Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP)** em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Portal da Transparência como condição de sua eficácia.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Mesquita**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mesquita, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **2026**.

SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
DETENTORA DA ATA

PARTE C - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MESQUITA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA (SEMGOV), COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, COMO CONTRATADA, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/26, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/3447/25:

O MUNICIPIO DE MESQUITA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXXXXXXXXXXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na CONTRATADA), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3.639, de 03/12/24, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO - O objeto do presente instrumento contratual é a **Aquisição de Material para Sinalização Viária**, através de Sistema de Registro de Preços, afim de serem utilizados nas operações de Fiscalização e de Educação no trânsito em toda cidade, conforme demanda apresentada, face especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/26**, processo nº 03/3447/25 e todos os seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, passando a contar a partir da publicação do extrato do Contrato em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, desde que sejam devidamente justificadas pelo CONTRATANTE em processo administrativo as razões que ensejam a prorrogação contratual, conforme disposto no Art. 107, da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a execução do objeto será de **12 (doze) meses**, a contar da emissão da Ordem de Início de Serviço, sendo sua publicação em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação do município de Mesquita.


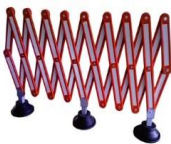

PARÁGRAFO QUARTO: A Administração terá a opção de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade (Art. 106, III, da Lei nº 14.133/21) ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem e ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do Contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 02 (dois) meses, contado da referida data (§1º, do Art. 106, da Lei nº 14.133/21).


PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATANTE promoverá assinatura do Contrato em **até 05 (cinco) dias úteis**, contado da convocação, podendo este prazo ser prorrogado uma (01) vez, por igual período, aplicando-se os termos do Art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é R\$ **XXXXXXXXXXXX** (valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito:

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	-----------	--------	-------------------	----------------

01		Cilindro Canalizador ABNT 15692, cor laranja vibrante, encaixe para colocação de sinalizadores, com base quadrada, corpo cilíndrico, com alça anatômica, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrita na mesma “SETRANS”. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	100	R\$	R\$
02		Barreiras Pantográficas refletiva de 0,60m à 6,40m, na cor laranja, com durabilidade e resistência, com sapatas em PVC, fabricado com polietileno, pigmentado a quente (extrusado) na cor laranja, proteção contra raios UV, com fitas refletivas inscrito de ambos os lados “SETRANS”, no mínimo em 4 colunas. A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	20	R\$	R\$
03		Fita zebrada confeccionada em filme polietileno sem adesivo, para isolamento de área, plástico de alta resistência e durabilidade, na cor preta e amarela 7,6cm X 200m.	1.000	R\$	R\$

04		Cone Emborrachado rodoviário ABNT 15071 e 9735, na cor laranja fluorescente, com fenda no topo para passagem de fita zebra, fabricado em PVC extra flexível, proteção contra raios UV, com fita refletiva no seu entorno e inscrito na mesma "DMTRANS". A marcação deve ser permanente e aplicada diretamente no material da barreira, como pintura ou gravação, para garantir que não se desloque ou desgaste com o tempo.	500	R\$	R\$
TOTAL					R\$

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste Contrato encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do município de Mesquita para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Programa: 20.53.26.125.2080.2.512

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

Fonte: 1500 (Recursos Próprios)

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de Termo de Apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um (01) ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em / / (DD/MM/AAAA).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não haverá antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados no Termo de Referência, do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens / prestação de serviços, do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: O preço do Contrato será reajustado em periodicidade anual, contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços, mediante requerimento formal durante a vigência do Contrato e, nos contratos de vigência plurianual, no prazo de até 12 (doze) meses, após completado o período aquisitivo da anualidade, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO OITAVO O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado pôr Termo Aditivo.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Supervisionar permanentemente a execução do objeto;
- II. Fornecer a **CONTRATADA** os documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do Contrato;
- III. Aplicar penalidades previstas no Contrato, de acordo com a legislação;
- IV. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do Contrato;
- V. Solicitar as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias;
- VI. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais do Contrato;
- VII. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA**, pertinente ao objeto do presente Termo de Referência;
- VIII. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- IX. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- X. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

- XI. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste instrumento contratual;
- XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações estipuladas neste Contrato e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

- I. Entregar o material dentro das especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital, além de todos os anexos;
- II. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS);
- III. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- IV. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;
- V. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- VI. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- VII. Fornecer todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à execução do objeto, devendo mantê-los em perfeitas condições de uso;
- VIII. Admitir pessoal e arcar com todas as despesas relativas às contratações, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, sob sua inteira responsabilidade, não se estabelecendo qualquer relação com a Contratante;
- IX. Cumprir todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) e futuro Contrato;
- X. Prestar contas da gestão dos serviços a Contratante;
- XI. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** – Lei nº 13.709/18, a contratação decorrente do Termo de Referência deverá observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição de medicamentos no âmbito da administração pública municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Dessa forma, a empresa CONTRATADA deverá:

- I.** Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do Contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, face dos princípios estabelecidos na LGPD;
- II.** Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do Contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela Administração Pública;
- III.** Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados;
- IV.** Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação;
- V.** Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente;
- VI.** Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da CONTRATADA poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente Contrato deverá ser FISCALIZADA pela **CONTRATANTE**, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXXXXXXXX** (nomes, matrículas e cargos) como servidores responsáveis pela FISCALIZAÇÃO do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **FISCAL** deverá ter pleno conhecimento do Contrato e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar e atestar o fornecimento do objeto, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I) de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Contrato;
- b) Comunicar por escrito ao Gestor do Contrato eventuais falhas no fornecimento cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade;
- c) Reunir-se com o preposto da **CONTRATADA**, visando estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, FISCALIZAÇÃO e acompanhamento do Contrato;
- d) Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste Contrato;
- e) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela AUTORIDADE COMPETENTE;
- g) Solicitar à **CONTRATADA** justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h) Atestar as Notas Fiscais / Faturas mensais apresentadas pela **CONTRATADA**, encaminhando-as ao Gestor do Contrato para pagamento;

i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX (nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela GESTÃO DO CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos Fiscais do Contrato;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à **CONTRATADA**;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos Fiscais dos Contratos;
- f) Providenciar o pagamento das Notas Fiscais / Faturas emitidas pela **CONTRATADA**, e atestadas pelo Fiscal do Contrato, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como FISCAL e Gestor do Contrato, conforme Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do Fiscal e do Gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente Contrato, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto deverá ser entregue conforme as determinações e necessidades da **CONTRATANTE**, na **Rua Heitor da Costa Val, nº 71, Sala 107, Centro, Mesquita / RJ, CEP: 26.553-130, na Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS) – 1º andar do prédio**, acima um lance de escadas, às expensas da **CONTRATADA**.

Observação: Entregas somente das 9hs às 16hs.

E-mail: setrans@mesquita.rj.gov.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para entrega e instalação dos itens contidos na Planilha Estimativa (Anexo II) será de **até 10 (dez) dias úteis**, após envio de solicitação da Ordem de Fornecimento, a ser enviado em meio eletrônico ou contato telefônico e o quantitativo de cada entrega será definido, conforme saldo constante na ordem de fornecimento e será variável conforme necessidade de reposição de estoque mínimo de interesse do contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O recebimento dos materiais será feito pelos Fiscais do Contrato, sendo o mínimo necessário de 02 (dois) servidores da respectiva Subsecretaria, para o atesto do recebimento, que deverá ser:

- a. **Provisoriamente:** de forma sumária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, conforme Art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21.
- b. **Definitivamente:** por servidor ou Comissão designada pela AUTORIDADE COMPETENTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme Art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21.

Após o recebimento, caso a entrega dos itens esteja de acordo com o exigido no T. R. (Anexo I), as Notas Fiscais devidamente atestadas pela respectiva divisão de Almoxarifado e pelos Fiscais do Contrato serão entregues ao fornecedor para abertura de expediente próprio para recebimento, em conformidade com os procedimentos dispostos no Anexo II, do Decreto Municipal nº 2.151, de 31 de agosto de 2017.

PARÁGRAFO QUARTO: O Fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a **CONTRATADA**:

- a) Entregou produtos que não estiverem acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante / importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto, e desatender às especificações do Termo de Referência (Anexo I);
- b) Entregou produtos fora da validade.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte os produtos que apresentarem estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da **CONTRATADA**, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta de Preço, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o Termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela Autoridade Competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO, com a verificação da qualidade e quantidade do produto recebido.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a **CONTRATANTE** comunicará à **CONTRATADA** o valor aprovado pela FISCALIZAÇÃO e GESTÃO, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143, da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado através de ordem bancária, mediante depósito em conta corrente em favor da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do adimplemento de cada parcela com a entrega dos materiais solicitados, contados a partir da apresentação da Nota de Empenho e atesto das Notas Fiscais / Fatura, devidamente atestada e com aceite da Administração Pública, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% (zero, vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pró rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior (anterior) ao estabelecido neste Edital, serão feitos mediante desconto de 0,5% (zero, vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die*.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo município de Mesquita ou, caso verificado pelo CONTRATANTE, a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da Instituição Financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela Instituição Financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra Instituição Financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, salvo para compatibilização com o usualmente praticado no mercado e observado o princípio da economicidade, com vistas à obtenção de melhor vantagem para o Município de Mesquita.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura e demais documentos fiscais de cobrança para pagamento, os quais serão emitidos contra o **MUNICÍPIO DE MESQUITA, CNPJ/ME nº 04.132.090/0001-25**, e endereçados a **Subsecretaria de Transporte e Trânsito (SETRANS)**, situada na **Rua Heitor da Costa Val, nº 71, Sala 107 - 1º andar do prédio – Centro – Mesquita / RJ - CEP: 26.553-130**, acompanhada de Comprovante de Recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no §2º, da cláusula quarta, deste Termo Contratual, todos relativos à mão-de-obra empregada no Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de Ordem Bancária da empresa, tais como **Nº da Conta Corrente, Agência e Nome do Banco** onde será efetuado o

pagamento, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias, após a apresentação e atesto nas Notas Fiscais / Faturas pelo Fiscal do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO OITAVO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO NONO - Para o pagamento, o fornecedor deverá se manter nas mesmas condições documentais exigidas para sua habilitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto à Nota Fiscal / Fatura a cópia do Termo de Opção.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pró rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (zero, vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas, mediante celebração de prévio Termo Aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Termo Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme Art. 132, da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do Art. 136, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência da GARANTIA CONTRATUAL, nos termos do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contrato somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração Pública apostilar a readequação do Cronograma Físico-Financeiro do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do Contrato no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- I. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do Contrato, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no Art. 137, da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da AUTORIDADE COMPETENTE e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do Contrato a disciplina dos Arts. 138 e 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de inexecução, execução incompleta do objeto, atrasos na retirada da Nota de Empenho ou de instrumento equivalente ou qualquer violação ao disposto no Termo de Referência (Anexo VIII) ou na legislação em vigor, caberá à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos Arts. 155 a 163, da Lei Federal nº 14.133/21 e Art. 123, do Decreto Municipal nº 3.639/24, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I. **Advertência;**

II. **Multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

III. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Direta e Indireta do município de Mesquita, pelo prazo não superior a 03 (três) anos;

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação da pena incumbe ao:

I. Secretário Municipal de Governança a aplicação das penas previstas nos incisos I, II e III, do parágrafo segundo.

II. Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação da pena prevista no inciso IV, do parágrafo segundo.

PARÁGRAFO QUARTO: Deverão ser respeitados os seguintes prazos de aplicação:

I - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, deste parágrafo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

II - Constatada a ocorrência de infração administrativa, disposta no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, será feito mediante deflagração de um procedimento de instauração sancionatório, resultando em processo administrativo autônomo.

III - É admitida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em conformidade com o Art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

Por inexecução parcial ou total deste Contrato, as sanções descritas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, de forma gradativa e proporcional à gravidade da falta cometida e de eventual dano causado, assegurados o contraditório e a ampla defesa de forma prévia.

Em caso de descumprimento total das obrigações, o valor da multa não excederá a 10% (dez por cento) do valor do Contrato. Caso haja a aplicação de mais de uma multa por descumprimento parcial das obrigações, a soma dos valores das eventuais multas aplicadas não ultrapassará esse limite.

Fica estipulado o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pró rata die* sobre o valor do inadimplido para os casos de mora (atraso).

Ficam estipulados a título de multa compensatória os percentuais de:

2% (dois por cento) sobre o valor do item inadimplido para os casos de inexecução parcial reiterada.

10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato para os casos de inexecução total.

IV - Dentro do mesmo período de referência, para o mesmo item inadimplido, a multa por inexecução total substitui a multa por inexecução parcial e a multa por mora, da mesma forma, a multa por inexecução parcial substitui a multa por mora.

V - As multas serão aplicadas considerando o Art. 155, da Lei nº 14.133/21.

VI - As aplicações das sanções previstas neste Termo de Referência não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

VII - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

VIII - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto no Art. 157, da Lei nº 14.133/21.

IX - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

X - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela AUTORIDADE COMPETENTE.

XI - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

XII - Na aplicação das sanções será considerado o Art. 156, da Lei nº 14.133/21 e seus incisos.

XIII - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e AUTORIDADE COMPETENTE definidos na referida Lei (Art. 159).

XIV - A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160, da Lei nº 14.133/21).

XV - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

XVI - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163, da Lei nº 14.133/21.

XVII - Caberá ao Gestor do Contrato tomar providências para a abertura do procedimento, para fins de responsabilização e o direcionamento à AUTORIDADE COMPETENTE para aplicação da penalidade, conforme o caso.

XVIII - A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao **combate à corrupção**, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98, o Decreto nº 2.144/17, publicado em 17/08/17 e a Lei Complementar Municipal nº 29/19, publicado em 12/06/19.

PARÁGRAFO SEGUNDO: *“Art. 41 - Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”.*

PARÁGRAFO TERCEIRO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO QUINTO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos termos do Art. 94, da Lei Federal nº 14.133/21, o presente instrumento contratual será publicado no **Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP)** em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Portal da Transparência como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o **Foro da Comarca de Mesquita**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Mesquita, **XX** de **XXXXXXXXXX** de 2026

CNPJ: **XXXXXX**

CONTRATANTE

CNPJ: **XXXXXX**

CONTRATADA

TESTEMUNHA

CPF:

TESTEMUNHA

CPF